



W.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E HIDRÁULICA
PARA RECTIFICAÇÃO DE CADASTRO PREDIAL
Verificação do Cadastro do Emparcelamento do Perímetro da Meimoa

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

O Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, doravante designado por IDRHa é o organismo público responsável pela promoção da componente agrícola das novas infra-estruturas hidráulicas de fins múltiplos, pela gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas em exploração e pelas acções de reestruturação fundiária;

O IDRHa carece de informação cadastral nas áreas de intervenção das acções que lhe cabe realizar no desenvolvimento das suas atribuições orgânicas, em particular no domínio da implementação de projectos de emparcelamento da propriedade;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo público responsável pela execução, renovação e conservação do cadastro no território nacional, pelo estabelecimento e gestão das correspondentes bases de dados e pela certificação da localização geográfica, da configuração geométrica e da identificação dos prédios cadastrados;

O IGP é, também, o organismo nacional responsável pela execução da política da informação geográfica;



IDRHa
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Hidráulica

Ministério da Agricultura,
do Desenvolvimento Rural e das Pescas



INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS

ulu .

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reúna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.

É celebrado o presente Protocolo entre o IGP, com sede na Rua Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Presidente e o IDRHa, com sede na Av. Afonso Costa, nº 3, em Lisboa, representado por Carlos Ribeiro Mattamouros Resende, na qualidade de Presidente, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto regular a colaboração entre o IGP e o IDRHa, na actualização das matrizes cadastrais dos prédios do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – Bloco da Meimoa, sujeito às acções de emparcelamento iniciadas na década de 80, com o objectivo de regularizar o registo matricial dos prédios abrangidos por aquela operação.

Cláusula 2ª

Acções e responsabilidades

1. Constitui responsabilidade do IDRHa, a execução das seguintes acções:

- a. Disponibilizar ao IGP informação digital dos prédios do Bloco da Meimoa, obtida no seguimento das acções de emparcelamento e as cópias das folhas utilizadas nos trabalhos de campo, bem como os ficheiros com a informação detalhada dos prédios e proprietários;



Um.

- b. Assegurar a situação jurídica dos prédios e a sua demarcação e disponibilizar todos os elementos de que disponha e que se revelem de interesse para os procedimentos de actualização do cadastro;
 - c. Disponibilizar ao IGP as coordenadas dos marcos de propriedade;
 - d. Acompanhar o IGP nos trabalhos de campo;
 - e. Divulgar a operação de actualização cadastral, nomeadamente na sensibilização dos proprietários para a demarcação dos prédios.
2. Constitui responsabilidade do IGP a execução das seguintes acções:
- a. Verificar/confirmar a posição no terreno dos elementos físicos definidores dos lotes englobando 519 ha e 491 lotes, do perímetro de emparcelamento do Bloco da Meimoa;
 - b. Actualizar a informação cadastral permitindo a inscrição dos prédios na matriz predial e a emissão das respectivas cadernetas prediais.

Cláusula 3ª

Propriedade dos dados

- 1. Os dados cadastrais referidos nas alíneas a) e b) do nº2 da Cláusula 2ª são propriedade do IDRHa, sendo cedidos ao IGP, exclusivamente, para utilização no âmbito das suas competências orgânicas.
- 2. O IGP tem de autorizar prévia e expressamente o IDRHa sobre qualquer alteração que este pretenda introduzir na informação original, ficando este ainda obrigado a fornecer posteriormente ao IGP uma cópia das alterações introduzidas.
- 3. A autorização a que se refere o número anterior é dispensada quando as alterações a introduzir resultam da execução do projecto de emparcelamento.



UM

4. Os dados referidos nos números anteriores encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem nomeadamente ser utilizados para finalidades distintas, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
5. A utilização e divulgação externa dos dados por qualquer meio ou sob qualquer forma implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

M

Cláusula 4ª

Prazos

A homologação das operações de emparcelamento e a emissão das respectivas cadernetas prediais, referidas na alínea b) do nº1 da cláusula 2ª será efectuado em duas fases.

- 1ª fase- 120 dias após a assinatura do protocolo para os 247 lotes já definidos no terreno;
- 2ª fase- até 31 de Dezembro de 2007, para os restantes lotes, à medida que o IDRHa entregue os elementos e coloque os marcos.

Cláusula 5ª

Encargos

1. Os encargos relativos aos trabalhos de gabinete (vencimentos do pessoal dirigente, desenhador e administrativo, amortização de equipamento e material, etc...) serão assegurados pelo IGP.
2. Os encargos relativos aos trabalhos desenvolvidos pelo pessoal de campo, no montante de 80 000 euros (Oitenta mil Euros), acrescidos de IVA à taxa em vigor, serão assegurados pelo IDRHa, a pagar em prestações mensais, em função dos processos concluídos.



Cláusula 6ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período necessário à execução das acções nele previstas.

Cláusula 7ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O Protocolo poderá se objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 8ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Para além desta faculdade, tem a mesma entidade direito ao ressarcimento dos encargos por si suportados até à data da resolução, actualizados a essa data.
3. Não serão considerados factores que determinem incumprimentos, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 9ª

Interpretação

1. Em tudo o que o presente Protocolo for omissivo, aplicar-se-á a lei geral.



IDRHa
Instituto de Desenvolvimento
Rural e Hidráulica

Ministério da Agricultura,
do Desenvolvimento Rural e das Pescas



INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS

2. As dúvidas suscitadas pela aplicação do Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.

Este Protocolo merece a concordância das entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais em dois exemplares.

Lisboa 11 de Janeiro de 2006

Pelo IGP

Arménio dos Santos Castanheira

Presidente

Pelo IDRHa

Carlos Ribeiro Mattamouros Resende

Presidente